

# A opinião dos editores de revistas científicas a respeito dos diferentes modelos de avaliação por pares

Raphael Faria Vilas Boas

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

[raphaelboas@ibict.br](mailto:raphaelboas@ibict.br)

## Resumo

A pesquisa apresenta as características da avaliação por pares realizada nas revistas coletadas pelo Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (oasisbr), assim como, apreende a opinião dos editores dessas revistas em relação aos diferentes modelos de avaliação por pares utilizados por revistas científicas. Para cumprir os objetivos propostos optou-se pelo questionário como instrumento de coleta de dados e pela abordagem quantitativa. O universo da pesquisa foi delimitado pelas revistas coletadas pelo Portal oasisbr que possuem cadastro no Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (Diadorim). O questionário foi enviado para 637 revistas, destas, obtiveram-se 109 respostas, o que representa 17,1% do universo da pesquisa. O questionário buscou levantar a opinião dos editores a respeito das diferentes características que podem justificar a preferência por determinado modelo de avaliação por pares em detrimento de outros. Identificou-se a hegemonia da avaliação duplo cega como modelo que se constitui como mais solidificado, tanto na prática das revistas, quanto e no imaginário dos editores. Como demonstrado pela opinião dos editores, a preferência por esse modelo de avaliação se justifica, em essência, pela imparcialidade do processo que caracteriza o modelo. Percebe-se que os editores demonstram apreensão em relação as consequências que podem ser geradas quando se suprimem o anonimato de um ou de ambos os protagonistas do processo de avaliação. Compreendem que, tanto o enviesamento ad hominem quanto represálias decorrentes de avaliações passadas, constituem as ações mais prejudiciais para a eficiência da avaliação por pares. Percebe-se, também, que as justificativas para adoção de outros modelos de avaliação não conseguiram modificar, de forma significativa, a opinião dos editores em relação a avaliação duplo cega, e as afirmações que buscaram justificar a avaliação duplo cega acabaram por confirmar a preferência pelo modelo.

**Palavras-chave:** Acesso aberto à informação científica, Avaliação por pares, Revistas científicas brasileiras, Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (oasisbr)

## **The opinion of the editors of scientific journals regarding the different models of peer review**

### **Abstract**

The research presents the characteristics of the peer review carried out in the journals collected by the Brazilian Portal of Scientific Publications in Open Access (OASIS), as well as apprehending the opinion of the editors of these journals in relation to the different peer review models used by scientific journals. In order to fulfill the proposed objectives, the questionnaire was chosen as a data collection instrument and by the quantitative approach. The universe of the research was delimited by the magazines collected by the Portal oasisbr that are registered in the Directory of Editorial Policies of the Brazilian Scientific Journals (Diadorim). The questionnaire was sent to 637 journals, of which 109 answers were obtained, representing 17.1% of the research universe. The questionnaire sought to raise the opinion of the editors about the different characteristics that may justify the preference for a particular model of peer review to the detriment of others. The hegemony of double-blind evaluation was identified as the model that is more solidified, both in the practice of the journals, and in the imaginary of the editors. As evidenced by the editors' opinion, the preference for this model of evaluation is justified, in essence, by the impartiality of the process that characterizes the model. It is noticed that the editors show apprehension regarding the consequences that can be generated when the anonymity of one or both protagonists of the evaluation process is suppressed. They understand that both ad hominem bias and reprisals from past evaluations are the most damaging to the effectiveness of peer review. It is also noticed that the justifications for the adoption of other evaluation models were not able to significantly modify the opinion of the editors in relation to the double blind evaluation, and the affirmations that sought to justify the double blind evaluation ended up confirming the preference by the model.

**Key words:** Open access to scientific information, Peer evaluation, Brazilian scientific journals, Brazilian Open Access Scientific Publications Portal (oasisbr).

### **Objetivo geral**

Coletar a opinião dos editores de revistas científicas brasileiras de acesso aberto coletadas pelo Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (oasisbr) a respeito dos modelos de avaliação por pares duplo cega, simples cega e aberta, para compreender a justificativa que levam estes editores a adotar os modelos de avaliação que utilizam em suas revistas.

### Objetivos específicos

- Identificar os sistemas de avaliação por pares utilizados pelas revistas científicas brasileiras de acesso aberto.
- Identificar os sistemas de avaliação por pares considerados mais adequados na visão dos editores brasileiros das revistas de acesso aberto coletadas pelo Portal oasisbr.
- Levantar a opinião dos editores a respeito das diferentes características que podem justificar a preferência por determinado modelo de avaliação por pares.
- Analisar as respostas dos editores com vistas a estabelecer um corpo de justificações.

### Justificativa

A avaliação por pares é a avaliação de um artigo científico que se realiza por um especialista na área temática que a pesquisa aborda. Analisando de forma prática, a avaliação por pares tem como propósito mais amplo decidir se um artigo deve ou não ser publicado por determinada revista científica. Assim, quando um avaliador recebe o artigo de um determinado autor, este deve fazer uma recomendação ao editor da revista indicando se o artigo deve ser aceito, revisado ou rejeitado. Como descreve Mulligan “O avaliador é convidado a fazer observações a respeito da qualidade, originalidade e importância do trabalho”, a avaliação é, em uma explicação simplificada, um “controle de qualidade” para artigos científicos (Mulligan, 2013, p. 01). Entende-se, de fato, que a avaliação por pares serve a diversos propósitos, que podem se voltar para melhoria da qualidade dos artigos, para o aumento do potencial de impacto da revista, a verificação da cientificidade e aplicação do método científico e a verificação do ineditismo e da originalidade da pesquisa. As avaliações por pares realizadas nas revistas científicas buscam, de maneira geral, analisar uma diversidade de fatores com o intuito de cumprir esses propósitos. Mas cada revista utiliza diferentes estratégias para cumprir seus objetivos, relaciona-se, assim, uma quantidade considerável de características que podem ou não pautar um sistema de avaliação por pares a depender dos propósitos visados (Mulligan, 2013; Andrew, 2017).

A presente pesquisa relaciona apenas aquelas características consideradas mais essenciais, analisando as três modalidades básicas de avaliação por pares adotadas por revistas científicas, avaliação simples cega, a avaliação duplo cega, a e a avaliação aberta. Cada uma desses modelos de avaliação é marcado por prós e contras em sua aplicação prática, de maneira que não existe um consenso na literatura da área que indique um deles como ideal. A avaliação simples cega é aquela em que o avaliador sabe quem é o autor e o autor não sabe quem é o avaliador é o modelo de avaliação por pares mais tradicional. O anonimato garantido ao avaliador tem a intenção de incentivá-lo a ser o mais honesto possível em sua avaliação e, ao mesmo tempo, manter a liberdade de crítica do avaliador para que este não sofra represálias em avaliações futuras, de autores que rejeitou o artigo. Esse modelo é criticado por gerar avaliações enviesadas, em que o avaliador julga o artigo com base em pré-conceitos formulados a respeito do autor ou da instituição para qual o autor trabalha (enviesamento *ad hominem*), assim como pré-conceitos formulados com base na ideologia do autor (enviesamento ideológico). A avaliação duplamente cega é aquela em que o avaliador não sabe quem é o autor e o autor não sabe quem é o avaliador. O anonimato dos envolvidos tem a intenção de evitar o enviesamento *ad hominem* e, ao mesmo tempo, evitar que o

avaliador sofra represálias em avaliações futuras. Apesar de buscar uma solução para o enviesamento *ad hominem* a avaliação duplamente cega permite o enviesamento ideológico. Na avaliação aberta o avaliador sabe quem é o autor e o autor sabe quem é o avaliador, busca desincentivar o enviesamento ideológico, mas possibilita o enviesamento *ad hominem*, assim como represálias em avaliações futuras (Mulligan, 2013; Andrew, 2017).

A presente pesquisa descende do artigo “A revisão por pares na visão dos editores das revistas de acesso aberto coletadas pelo Portal oasisbr” de Vilas Boas (2017) publicado no volume 11 de 2017 da Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (RECIIS). O artigo citado compara a prática das avaliações por pares realizadas nas revistas da amostra com as práticas consideradas ideais pelos editores destas revistas, já a pesquisa que segue aqui se volta para as justificações que precedem a aplicação das práticas analisadas. A continuidade se justifica, então, pela compreensão dos argumentos que legitimam a prática, pois se existe alguma intenção de mudança da realidade, o primeiro passo se dá pela compreensão desses argumentos.

A pesquisa revela a opinião dos editores de revistas científicas coletadas pelo portal oasisbr a respeito das justificativas que pautam os diferentes modelos de avaliação por pares, permite assim, revelar a pertinência desses modelos na visão dos editores. Extrai-se, dessas opiniões, tanto os valores que permeiam a realização da avaliação por pares nas revistas da amostra, quanto um diagnóstico da aceitação dos editores a respeito das diferentes modelos de avaliação por pares. A análise das opiniões dos editores a respeito das justificativas apresentadas busca dar um passo em direção à resolução das questões que incorrem na busca por um modelo de avaliação por pares que neutralize, ou ao menos amenize, as incoerências geradas por cada modelo. Em termos amplos a pesquisa busca causar impacto nas práticas da avaliação por pares que se utiliza nas revistas brasileiras de acesso aberto, com intuito de aumentar a qualidade das publicações e, em última estância, auxiliar o desenvolvimento da ciência nacional.

## **Metodologia**

A pesquisa foi realizada com os editores das revistas científicas brasileiras de acesso aberto coletadas pelo Portal oasisbr. Para apreender a visão dos editores a respeito da avaliação por pares optou-se pelo questionário como instrumento de coleta de dados e pela abordagem quantitativa. O universo da pesquisa foi delimitado pelas revistas científicas coletadas pelo oasisbr que estavam cadastradas no Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (Diadorim) no dia 16 de março de 2017, totalizando 646 revistas científicas de acesso aberto. O Diadorim é um serviço que informa as autorizações concedidas pelos editores para o armazenamento e acesso aos artigos das revistas brasileiras em repositórios digitais de acesso aberto e o cadastro das revistas no sistema é um dos pré-requisitos necessários para que as revistas sejam coletadas pelo Portal oasisbr. O acesso aos e-mails dos editores se deu, assim, pelo cadastro das revistas realizado pelos próprios editores no Diadorim. Utilizou-se o software Open Refine para importar os dados cadastrais do Diadorim para o Excel, extraindo-se, a partir daí, o e-mail daquelas revistas que cumpriram todos os pré-requisitos necessários para a coleta pelo Portal oasisbr. O primeiro teste do questionário foi realizado no dia 24 de março de 2017 com um editor de uma revista científica brasileira. Ao se identificar problemas na interpretação de algumas questões, além da falta de flexibilidade de algumas perguntas, o questionário foi modificado e testado novamente no dia

28 de março de 2017, quando o mesmo foi considerado finalizado. Utilizou-se o Google Forms para o envio da versão final do questionário realizada no dia 31 de março de 2017. O questionário foi enviado para as 646 revistas extraídas do registro do Diadorim. Dos questionários enviados relataram-se 9 problemas de entrega pela ferramenta, reduzindo o universo a 637 revistas. Destas, obtiveram-se 109 respostas até o dia 21/08/2017, o que representa 17,1% do universo da pesquisa. Os dados coletados foram organizados e classificados no Google Docs, o que possibilitou sua representação em tabelas e posterior análise dos dados (VILAS BOAS, 2017).

Voltando-se para os dados selecionados para esta análise buscou-se, inicialmente, identificar os sistemas de avaliação por pares mais utilizados pelas revistas científicas brasileiras de acesso aberto coletadas pelo Portal oasisbr, assim como os sistemas de avaliação por pares considerados mais adequados pelos seus editores. Foi pedido aos editores que indicassem o modelo de avaliação por pares adotado nas revistas pelas quais são responsáveis, relacionando como opções os modelos de avaliação simples cega, avaliação duplo cega e avaliação aberta, questionou-se também se a revista não faz avaliação por pares. Em seguida solicitou-se aos editores que indicassem qual dos três modelos de avaliação por pares descritos se considera como mais eficiente. Relacionou-se, assim, uma análise comparativa entre os modelos que correspondesse à realidade da revista para a qual os editores atuam e o que estes consideram como modelo ideal ou mais adequado.

Em um segundo momento a pesquisa se volta para a opinião dos editores da amostra a respeito das justificativas que os levam a preferir um determinado modelo de avaliação por pares e detrimento dos outros. Foi pedido aos editores que indicassem uma entre as opções “Concordo”, “Não concordo nem discordo”, “Discordo”, “Não sei/Não se aplica” para cada uma das afirmações relacionadas. As afirmações relacionadas foram pensadas com o intuito de justificar ou defender de forma assertiva determinado ponto de vista, cabendo ao editor deliberar sobre a questão. Por motivos organizacionais as afirmações foram divididas em quatro tipos, são assim elencadas afirmações que defendem que “o avaliador deve saber a identidade do autor” e que “o avaliador não deve saber a identidade do autor”, assim como afirmações que defendem que “o autor deve saber a identidade do avaliador” e que o “autor não deve saber a identidade do avaliador”. Preferiu-se classificar as afirmações pelas diferentes possibilidades de anonimato entre autor e avaliador, e não pelos diferentes modelos de avaliação por pares, para não gerar perguntas repetidas em classes diferentes, o que pode ser entediante para os respondentes, desencorajando o preenchimento do questionário.

## **Resultados**

Segue a análise comparativa que busca identificar as discordâncias e concordâncias entre a prática real das revistas e o que os editores consideram mais adequado. Adiante se realiza a exposição das respostas marcadas pelos editores com o intuito de justificar a adequação das práticas relacionadas.

### **Análise comparativa**

O gráfico evidencia a prática da avaliação por pares que se realiza nas revistas publicadas pelos editores consultados de acordo com os mesmos. Enquanto o gráfico indica aquilo que os editores consideram como prática ideal de avaliação.



Gráfico 1

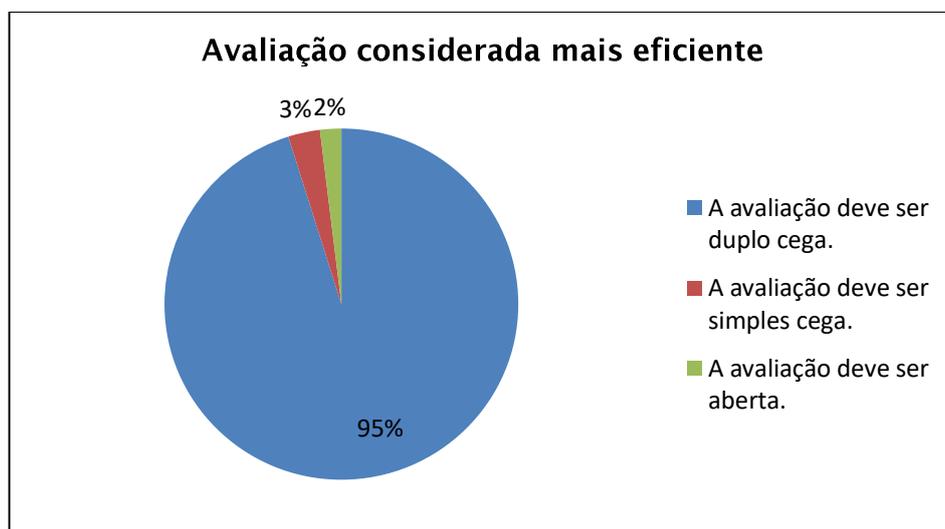


Gráfico 2

Analisando os dados comparativamente evidenciou-se uma grande compatibilidade entre o que os editores consideram mais adequado e o que se realiza na prática das revistas que atuam. A avaliação duplamente cega figura, incontestavelmente, como a avaliação mais utilizada pelas revistas da amostra (95,3%) e a que se considera mais eficiente entre os editores (95,1%). As avaliações simples cega e aberta tem pouca representatividade na amostra, tanto no que se relaciona nas revistas quanto no que os editores consideram mais eficiente. Apenas 4,7% das revistas adotam a avaliação simples cega na prática sendo que 2,9% dos editores consideram esse modelo de avaliação o mais eficiente. Nenhuma revista da amostra adota a avaliação aberta na prática, mas 1,9% dos editores concordam que a avaliação aberta é a mais eficiente. Considerando a baixa representatividade das avaliações simples cega e aberta nas respostas dos editores, não se relaciona a diferença encontrada entre a prática das revistas e o que se considera eficiente pelos editores como algo significativo. Relaciona-se, também, que nenhum editor indicou que a revista não faz avaliação por pares, o que demonstra a

grande importância que os respondentes atribuem a realização de algum tipo de avaliação por pares (VILAS BOAS, 2017).

### Justificativa dos editores

Segue as opiniões dos editores a respeito de afirmações que defendem que “o avaliador deve saber a identidade do autor”, que “o avaliador não deve saber a identidade do autor”, que “o autor deve saber a identidade do avaliador” e que “o autor não deve saber a identidade do avaliador”.

#### *O avaliador deve saber a identidade do autor*

A tabela lista as afirmações que buscam justificar porque o avaliador deve saber a identidade do autor e relaciona a opinião dos editores pelo percentual de concordância ou discordância com cada afirmação.

Afirmações	Opinião dos editores			
	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Não sei/Não se aplica
O avaliador deve saber a identidade do autor para que seja possível identificar se este autor é renomado em sua área.		3,9%	96,1%	
O avaliador deve saber a identidade do autor para que se verifique o seu posicionamento anterior em relação ao tema.	2,9%	2,9%	94,2%	
O avaliador deve saber a identidade do autor para que se verifique a qualidade dos seus artigos anteriores.	1,0%	4,9%	94,1%	
O avaliador deve saber a identidade do autor para identificar autores que conhece e confia na qualidade da sua produção.	2,9%	3,9%	93,2%	
O avaliador deve saber a identidade do autor para que se evite o autoplágio.	4,9%	3,9%	90,2%	1,0%

Tabela 1 – O avaliador deve saber a identidade do autor

Relaciona-se que a grande maioria dos editores discorda que o avaliador deva saber a identidade do autor sob qualquer uma das justificativas dadas. Considerando as cinco opções de justificativa, têm-se que a média de discordância entre os editores é de 93,6%, sendo que a diferença entre a afirmação com maior nível de discordância (96,1%) e a afirmação com menor nível de discordância (90,2%) é de apenas 5,9%. Ao mesmo tempo, percebe-se que a porcentagem média das respostas concordantes é de 2,3%, sendo que a justificativa com maior porcentagem de concordância entre os editores marca apenas 4,9%.

Assim, 96,1% dos editores discordam que o avaliador deva saber a identidade do autor por que se torna possível ao avaliador identificar se o autor é renomado em sua área. Para 94,2% dos editores discordam que o avaliador deva saber a identidade do autor porque permite que o avaliador verifique o posicionamento anterior do autor em relação ao tema. 94,1% dos editores discordam que o avaliador deva saber a identidade do autor porque assim o avaliador pode verificar a qualidade dos artigos anteriores do autor avaliado. 93,2% dos editores discordam que o avaliador deva saber a identidade do autor porque esta prática permite ao avaliador identificar autores que conhece e confia na qualidade da sua produção. E 90,2% dos editores discordam que o avaliador deva saber a identidade do autor para que se evite o autoplágio.

***O autor deve saber a identidade do avaliador***

A tabela lista as afirmações que buscam justificar porque o autor deve saber a identidade do avaliador e relaciona a opinião dos editores pelo percentual de concordância ou discordância com cada afirmação.

Afirmações	Opinião dos editores			
	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Não sei/Não se aplica
O autor deve saber a identidade do avaliador, pois isto inibe que o avaliador seja cáustico com o autor direcionando sua avaliação somente para o conteúdo e o formato do artigo.	3,9%	5,8%	89,3%	1,0%
O autor deve saber a identidade do avaliador, pois isto incentiva que o avaliador utilize linguagem objetiva e impessoal em sua avaliação.	5,8%	6,8%	87,4%	

**Tabela 2 – O autor deve saber a identidade do avaliador**

Como se evidencia a grande maioria dos editores discorda que o autor deva saber a identidade do avaliador nas duas justificativas relacionadas. Considerando as justificativas de maneira geral, têm-se que a média de discordância entre os editores é de 88,3%, sendo que a diferença entre a afirmação com maior nível de discordância (89,3%) e a afirmação com menor nível de discordância (87,4%) é de apenas 1,9%. Ao mesmo tempo, percebe-se que a porcentagem média das respostas concordantes é de 4,9%, sendo que a justificativa com maior porcentagem de concordância entre os editores marca apenas 4,8%.

Como demonstrado na **Tabela 2**, 89,3% dos editores discordam que o autor deva saber a identidade do avaliador, pois isto inibe que o avaliador seja cáustico com o autor direcionando sua avaliação somente para o conteúdo e o formato do artigo. E 87,4% dos editores discordam que o autor deva saber a identidade do avaliador, pois isto incentiva que o avaliador utilize linguagem objetiva e impessoal em sua avaliação.

### ***O avaliador não deve saber a identidade do autor***

A tabela lista as afirmações que buscam justificar porque o avaliador não deve saber a identidade do autor e relaciona a opinião dos editores pelo percentual de concordância ou discordância com cada afirmação.

Afirmações	Opinião dos editores			
	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Não sei/Não se aplica
O avaliador não deve saber a identidade do autor para que novos autores tenham igualdade de oportunidade frente a autores renomados.	92,3%	5,8%	2,0%	
O avaliador não deve saber a identidade do autor para que a avaliação se pautar apenas pelo conteúdo e formato do artigo.	92,2%	4,9%	2,9%	
O avaliador não deve saber a identidade do autor para que se preze pela imparcialidade no processo de avaliação.	88,4%	3,9%	7,8%	
O avaliador não deve saber a identidade do autor para que avaliadores novos não tenham receio de rejeitar artigos de pesquisadores renomados.	86,4%	8,7%	3,8%	1,0%

**Tabela 3 – O avaliador não deve saber a identidade do autor**

Extrai-se da **Tabela 3** que a grande maioria dos editores concorda que o avaliador não deve saber a identidade do autor sob qualquer uma das justificativas dadas, o que corrobora

com os resultados apresentados na **Tabela 1**. Considerando as quatro opções de justificativa, têm-se que a média de concordância entre os editores é de 89,8%, sendo que a diferença entre a afirmação com maior nível de discordância (92,3%) e a afirmação com menor nível de discordância (86,4%) é de apenas 5,9%. Ao mesmo tempo, percebe-se que a porcentagem média das respostas discordantes é de 4,1%, sendo que a justificativa com maior porcentagem de discordância entre os editores marca apenas 7,8%.

Tem-se que 92,2% dos editores concordam que o avaliador não deve saber a identidade do autor para que novos autores tenham igualdade de oportunidade frente a autores renomados. Para 92,2% dos editores o avaliador não deve saber a identidade do autor para que a avaliação se pautasse apenas pelo conteúdo e formato do artigo. 88,4% dos editores acreditam que o avaliador não deve saber a identidade do autor para que se preze pela imparcialidade no processo de avaliação. E 86,4% concordam que o avaliador não deve saber a identidade do autor para que avaliadores novos não tenham receio de rejeitar artigos de pesquisadores renomados.

#### *O autor não deve saber a identidade do avaliador*

A tabela lista as afirmações que buscam justificar porque o autor não deve saber a identidade do avaliador e relaciona a opinião dos editores pelo percentual de concordância ou discordância com cada afirmação.

Afirmações	Opinião dos editores			
	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Não sei/Não se aplica
O autor não deve saber a identidade do avaliador para que se evitem constrangimentos, inimizades e rivalidades na comunidade científica.	93,2%	4,9%	1,0%	1,0%
O autor não deve saber a identidade do avaliador, pois assim o avaliador pode elaborar sua avaliação nos termos que considerar mais adequado.	90,1%	6,9%	2,0%	1,0%
O autor não deve saber a identidade do avaliador para que avaliadores novos não tenham receio de rejeitar artigos de autores renomados.	87,4%	7,8%	1,9%	2,9%
O autor não deve saber a identidade do avaliador para que se evitem represálias em avaliações futuras.	80,2%	11,9%	6,0%	2,0%

**Tabela 4 – O autor não deve saber a identidade do avaliador**

Evidencia-se pela **Tabela 4** concorda que a maior parte dos editores concorda que o autor não deve saber a identidade do avaliador sob nenhuma das justificativas apresentadas, o que vai ao encontro dos dados analisados na **Tabela 3**. Considerando as quatro justificativas relacionadas, têm-se que a média de concordância entre os editores é de 87,7%, sendo que a diferença entre a afirmação com maior nível de discordância (93,2%) e a afirmação com menor nível de discordância (80,2%) é de apenas 13%. Ao mesmo tempo, percebe-se que a porcentagem média das respostas discordantes é de 2,7%, sendo que a justificativa com maior porcentagem de discordância entre os editores marca apenas 6,0%.

Extraí-se da tabela que 93,2% dos editores concordam que o autor não deve saber a identidade do avaliador para que se evitem constrangimentos, inimizades e rivalidades na comunidade científica. Para 90,1% dos editores o autor não deve saber a identidade do avaliador, pois assim o avaliador pode elaborar sua avaliação nos termos que considerar mais adequado. 87,4% dos editores concordam que o autor não deve saber a identidade do avaliador para que avaliadores novos não tenham receio de rejeitar artigos de autores renomados. E 80,2% dos editores compreendem que o autor não deve saber a identidade do avaliador para que se evitem represálias em avaliações futuras.

## Conclusão

As afirmações apresentadas como justificativas dos editores buscam defender ou validar determinado posicionamento, levando em consideração esta premissa, entende-se que a discordância ou concordância dos editores se decide em decorrência do propósito que as afirmações representam e não pela validade das justificativas. Assim, quando o editor opina em relação a alguma das afirmações descritas, este opina, primeiramente, com vistas ao propósito que a afirmação representa e, em seguida, opina se a justificativa dada realmente justifica os propósitos propostos. Buscando abordar a questão de maneira prática toma-se como exemplo a afirmação “O avaliador deve saber a identidade do autor para que seja possível identificar se este autor é renomado em sua área.”. A alta discordância relegada à afirmação (96,1%) não se explica pelo fato de que os editores discordam que seja possível, para o avaliador, identificar se um autor é renomado em sua área quando este sabe a identidade do autor, esta proposição seria absurda. Os editores discordam com a afirmação porque discordam, primeiramente, que o avaliador deva saber a identidade do autor, e em segundo lugar discordam que “ser possível identificar se o autor é renomado em sua área” justifique que o avaliador deva saber a identidade do autor. Pode-se extrair que a diferença de opinião dos editores decorre de uma incompatibilidade em relação aos valores que devem configurar a avaliação por pares, de maneira que estes podem valorizar a imparcialidade, a parcialidade ou a transparência da avaliação.

Na comparação entre o que os editores consideram mais adequado e o que se realiza na prática das revistas que atuam, vê-se que a avaliação duplamente cega figura, incontestavelmente, como a avaliação mais utilizada pelas revistas da amostra (95,3%) e a que se considera mais eficiente entre os editores (95,1%). Apenas 4,7% das revistas adotam a avaliação simples cega na prática sendo que 2,9% dos editores consideram esse modelo de avaliação o mais eficiente. Nenhuma revista da amostra adota a avaliação aberta na prática, mas 1,9% dos editores concordam que a avaliação aberta é a mais eficiente. A tendência apresentada nessa primeira análise fica ainda mais clara a quando se relaciona as opiniões

dos editores a respeito das afirmações que buscam justificar os diferentes modelos de avaliação por pares. Retirando a média das respostas tem-se 93,6% dos editores discorda que o avaliador deva saber a identidade do autor, assim como 88,3 % dos editores discorda que o autor deva saber a identidade do avaliador sob qualquer uma das justificativas relacionadas. Ao mesmo tempo vê-se que 89,8% dos editores concorda que o avaliador não deve saber a identidade do autor, assim como 87,7 % dos editores concorda que o autor não deve saber a identidade do avaliador sob nenhuma das justificativas apresentadas.

Confirma-se, assim, a hegemonia da avaliação duplo cega como modelo que se constitui como mais solidificado, tanto na prática das revistas, quanto e no imaginário dos editores. Como demonstrado pelas diferentes justificativas apresentadas, a preferência por esse modelo de avaliação se justifica, em essência, pela imparcialidade do processo que caracteriza o modelo. Apresenta-se aqui um indicativo da importância que se atribui a imparcialidade como valor que deve estruturar o processo de avaliação para a maioria dos editores. A valorização da imparcialidade do processo se dá em detrimento da parcialidade atribuída à avaliação simples cega e da transparência que se relaciona a avaliação aberta. Percebe-se que os editores demonstram apreensão em relação as consequências que podem ser geradas quando se suprimem o anonimato de um ou de ambos os protagonistas do processo de avaliação. Compreendem que, tanto o enviesamento *ad hominem* quanto represálias decorrentes de avaliações passadas, constituem as ações mais prejudiciais para a eficiência da avaliação por pares. Já em relação ao enviesamento ideológico, problemática para qual a avaliação duplamente cega não possui uma resolução intrínseca, ou é visto pelos editores como um problema menos relevante, ou se utilizam outros mecanismos para minorá-lo, de maneira que cabe aqui a sugestão para uma pesquisa que aborde a questão.

Percebe-se, também, que as afirmações que buscaram justificar os outros modelos de avaliação não conseguiram modificar, de forma significativa, a opinião dos editores em relação a avaliação duplo cega, e as afirmações que buscaram justificar a avaliação duplo cega acabaram por confirmar a preferência pelo modelo. Considerando a baixa representatividade das avaliações simples cega e aberta nas respostas dos editores, não se relaciona a diferença encontrada entre a prática das revistas e o que se considera eficiente pelos editores como algo significativo. A baixa representatividade implica que as afirmações que buscaram justificar esses modelos de avaliação não conseguiram convencer a maior parte dos editores sobre a eficiência dos seus propósitos.

### Referências bibliográficas

Andrew T., Min D. H. Reviewer bias in single- versus double-blind peer review. PNAS November 14, 2017. 201707323; published ahead of print November 14, 2017. Edited by Susan T. Fiske, Princeton University, Princeton, NJ, and approved October 10, 2017.

Davyt A. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro?. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, VII(1), 93–116, mar.–jun. 2000.

Mulligan A. Peer Review in a Changing World: An International Study Measuring the Attitudes of Researchers. JOURNAL OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY, 64(1):132–161, 2013.

Nicholas D. Peer review: still king in the digital age. LEARNED PUBLISHING VOL. 28 NO. 1 JANUARY 2015.

Vilas Boas, R. F. A revisão por pares na visão dos editores das revistas de acesso aberto coletadas pelo Portal oasisbr. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, [S.l.], v. 11, nov. 2017. ISSN 1981-6278.